



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Investigações relacionadas com o “Universo Espírito Santo”

Ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República esclarece:

No âmbito das investigações relacionadas com o denominado “Universo Espírito Santo” realizaram-se diligências de busca a três domicílios, a um escritório de advogado e às instalações de quatro sociedades, localizadas em Lisboa, Porto e Torres Vedras.

Nestas investigações, dirigidas pelo Ministério Público (Departamento Central de Investigação e Ação Penal), até à data, foram constituídos, onze arguidos, nove pessoas singulares e duas colectivas.

No que respeita ao número de inquéritos relacionados com o denominado “Universo Espírito Santo”, correm termos no DCIAP, neste momento, sete inquéritos autónomos e 220 inquéritos, que se encontram apenas a um daqueles. Estes inquéritos apenas respeitam a queixas apresentadas por pessoas que se consideram lesadas pela atividade desenvolvida pelo BES e pelo GES.

Em causa estão suspeitas da prática de crimes burla qualificada, falsificação de documento, falsidade informática, fraude fiscal, infidelidade, abuso de confiança, branqueamento e corrupção no setor privado.

As investigações estão a cargo de sete magistrados do Ministério Público do DCIAP. Está ainda constituída uma equipa multidisciplinar de seis magistrados de outras jurisdições, sendo que esta intervém apenas em questões específicas

relacionadas, designadamente, com o arresto de bens/recuperação de ativos, questões cíveis e de insolvência.

Nestas investigações, o Ministério Público é coadjuvado por uma equipa especial constituída por elementos da Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública, Autoridade Tributária, Banco de Portugal, Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e Núcleo de Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral da República.

Os inquéritos relacionados com o denominado “Universo Espírito Santo” encontram-se em segredo de justiça.

Lisboa, 28 de setembro de 2016

O Gabinete de Imprensa